



OFENSIVA CONTRA O STF

Barroso reage: “Não se mexe em instituições”

Após CCJ da Câmara aprovar propostas de retaliação ao Supremo, presidente da Corte enfatiza que tribunal não pode sofrer alterações no seu funcionamento “por interesses políticos circunstanciais e dos ciclos eleitorais”

» RENATO SOUZA
» JÚLIA PORTELA

Um dia depois de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovar propostas que limitam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, fez um incisivo discurso em prol da instituição. O magistrado aproveitou o início da sessão de ontem para mandar um recado ao Congresso.

“No mundo plural, não existem unanimidades. Porém, não se mexe em instituições que estão funcionando e cumprindo bem a sua missão por injunções dos interesses políticos circunstanciais e dos ciclos eleitorais”, enfatizou. “As Constituições existem precisamente para que os valores permanentes não sejam afetados pelas paixões de cada momento.”

Barroso não citou nominalmente nenhuma das casas legislativas, mas deixou claro o incômodo que ele e os pares estão em relação à ofensiva do Congresso — avaliada como uma retaliação à paralisação dos repasses de emendas parlamentares, determinada pelo ministro Flávio Dino, por causa da falta de transparência (leia reportagem ao lado).

O magistrado fez um breve histórico das ações do STF desde sua fundação. Destacou que a Corte está cumprindo seu papel e não há motivos para mudanças na sua forma de funcionamento. “Como toda instituição humana, o Supremo é passível de erros e está sujeito a críticas e a medidas de aprimoramento”, afirmou. “Porém, se o propósito de uma Constituição é assegurar o governo da maioria, o Estado de Direito e os direitos fundamentais, e se o seu guardião é o Supremo, chega-se à reconfortante constatação de que o tribunal cumpriu o seu papel e serviu bem ao país nesses 36 anos de vigência da Carta de 1988”, declarou.

O ministro Gilmar Mendes fez declarações no mesmo sentido. Deixou claro que as propostas discutidas no Congresso

não encontram respaldo na Constituição. Ele alertou que é preciso “muitíssimo cuidado”. “Não passa por qualquer crivo de um modelo de Estado de Direito constitucional”, frisou o decano da Corte.

Uma das PECs aprovadas pela CCJ, a 8/2021, limita decisões monocráticas, ou seja, tomadas por apenas um ministro. O texto recebeu o aval do Senado em novembro do ano passado. Já a PEC 28/2024 permite que o Congresso suspenda determinações do ST se considerar que a Corte ultrapassou o exercício adequado de sua função. Ambas as propostas terão de passar por comissão especial antes de seguir para o plenário.

Por sua vez, os projetos de lei 4754/2016 e 658/2022 aumentam as possibilidades de impeachment de ministros do STF e estabelecem que o Senado deverá apreciar a denúncia no prazo de 15 dias úteis, contados da data da apresentação do pedido de impedimento. Os textos seguirão para o plenário.

Inconstitucionais

No Congresso, parlamentares criticaram os textos. Para o deputado Chico Alencar (PSol-RJ), as aprovações foram motivadas por “retaliação ao STF, vingança”. “Na verdade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara feriu a Constituição. As matérias são inconstitucionais. Os Poderes harmônicos e independentes da República devem se autorregular”, afirmou.

O deputado Patrus Ananias (PT-MG) classificou as aprovações como um retrocesso. “Foi uma sessão da CCJ com projetos única e exclusivamente contra o STF. Não é uma discussão sobre o Poder Judiciário”, destacou.

Já a deputada Bia Kicis (PL-DF) argumentou que o país vive uma “situação insustentável de ativismo judicial e de insegurança jurídica”. “O Supremo Tribunal Federal, por intermédio de alguns ministros, tem usurpado a competência do Congresso, e o Congresso precisa defender a sua atribuição”, sustentou.

Antonio Augusto/STF



Barroso abriu a sessão de ontem com o recado ao Congresso e fez um breve histórico das ações do Supremo desde a sua fundação



No mundo plural, não existem unanimidades. Porém, não se mexe em instituições que estão funcionando e cumprindo bem a sua missão por injunções dos interesses políticos circunstanciais e dos ciclos eleitorais”

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Dino: bronca sobre emendas

O ministro Flávio Dino, Supremo Tribunal Federal (STF), disse que “permanece grave e inaceitável” o quadro de descumprimento da decisão que declarou a inconstitucionalidade do orçamento secreto, em 2022. Ele manteve suspensa a execução das emendas de comissão (RP8) e das emendas de relator (RP9) até que o Legislativo e o Executivo apresentem medidas efetivas para identificar a autoria das emendas e dar transparência e rastreabilidade aos repasses.

“À vista das carências quanto ao cumprimento das determinações judiciais, permanece inviável o restabelecimento

da plena execução das emendas parlamentares no corrente exercício de 2024, até que os Poderes Legislativo e Executivo consigam cumprir às inteiras a ordem constitucional e as decisões do plenário do STF”, enfatizou Dino na decisão.

A determinação foi proferida após uma reunião realizada na manhã de ontem, da qual Dino não participou, com representantes do Congresso e do Executivo. O encontro foi convocado para cobrar a apresentação de propostas que façam valer o fim do orçamento secreto.

O magistrado destacou que o Congresso se limitou a apontar que as soluções serão definidas

por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLP), cuja tramitação ainda não iniciou. Em relação ao Executivo, Dino considerou que foram apresentadas respostas “objetivas”.

De acordo com Dino, tanto esse processo quanto os que tratam sobre as “emendas Pix” serão “oportunamente apresentados ao plenário do STF” assim que forem apresentados os documentos requisitados e uma nova lei que seja compatível com a Constituição.

“Na condição de relator, espero que isso ocorra com a brevidade necessária e congruente com as relevantes controvérsias debatidas nos autos”, concluiu.

Lira não tem plano de acelerar pacote “anti-STF”

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não pretende, por enquanto, acelerar a tramitação dos projetos que limitam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda está em Alagoas, estado onde está sua base eleitoral e onde se dedicou a apoiar candidatura de aliados. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou duas propostas de emenda constitucional e dois projetos que atingem a Corte.

Segundo pessoas próximas, Lira só retornará a Brasília na próxima semana e, até o momento, não deu qualquer indicação de que vai incentivar a votação célere das pautas aprovadas por larga maioria na CCJ com apoio de integrantes do Centrão. O presidente da Câmara — relata um auxiliar — teria manifestado preocupação com uma das PECs aprovadas, a que dá ao Congresso poder de anular julgamentos do Supremo. Mas segue sem se posicionar

a respeito das demais propostas.

A segunda PEC votada na CCJ impõe restrições às decisões monocráticas de ministros do STF, medida que é defendida por boa parte dos congressistas, incluindo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Essa PEC já foi aprovada na Casa legislativa presidida pelo senador mineiro e ficou travada por quase nove meses até ser remetida para apreciação da CCJ.

Até o momento, Lira retardou ao máximo a apreciação das propostas. A PEC aprovada pelo Senado chegou à Câmara em 6 de dezembro de 2023. Ficou parada na direção da Mesa até 19 de agosto deste ano. Já a segunda PEC, que autoriza o Congresso a derrubar decisões do STF, foi apresentada originalmente na Câmara, pelo deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR), em julho deste ano. Seguiu para a CCJ no mesmo dia da outra PEC.

Os dois projetos foram

entregues à comissão que é presidida pela deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC) momento em que o ministro Flávio Dino, do Supremo, emitiu decisões travando emendas aos Orçamentos. O gesto de tirar as propostas da gaveta foi interpretado como uma retaliação.

“Velocidade política”

Entre aliados de Lira, a explicação sobre como o tema vem sendo tratado na Câmara dá conta de que o timing de tramitação das propostas segue uma “velocidade política”. Ou seja, os projetos são vistos como trunfo do Congresso no embate com o Judiciário sobre o direito dos parlamentares de continuarem dando as cartas no repasse de recursos da União por meio de emendas ao Orçamento.

A tramitação das propostas também está comprometida pelo calendário eleitoral. O segundo turno das eleições municipais

está marcado para o dia 27. Até lá, não haveria quórum seguro para garantir aprovação de medidas polêmicas. Há ainda na mesa a disputa pelo cargo de Lira, que deixará a presidência da Câmara no início do próximo ano.

“É tudo um jogo político para se tentar definir a Presidência da Câmara”, diz Fausto Pinato (PP-SP). Ele foi um dos membros trocados na CCJ pelo PP, de Lira, para garantir a aprovação de projetos ligados à pauta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Governistas se dizem otimistas de que podem impedir a tramitação das proposições. Na leitura desses deputados, derrubar os textos ainda na CCJ seria mais custoso do que nas comissões especiais e no plenário.

Caso as iniciativas avancem, Hélder Salomão (PT-ES) avalia ser possível que o próprio STF derrube as propostas. “Já denunciamos a inconstitucionalidade dessas matérias”, diz.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Lira teria manifestado preocupação com uma das PECs aprovadas